

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 121.184 - RO (2019/0355357-4)

RELATOR : **MINISTRO JORGE MUSSI**
RECORRENTE : JULIANA BARBOSA BRANDAO (PRESO)
ADVOGADOS : DEMÉTRIO WEILL PESSÔA RAMOS - DF036526
JEFFERSON CRISTOPHE DE LIMA BOTELHO - AM004315
VITÓRIA DE MACEDO BUZZI - DF057088
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus* interposto por JULIANA BARBOSA BRANDÃO, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região no julgamento do HC n. 1015117-82.2019.4.01.0000, com a seguinte ementa (e-STJ fls. 703-704):

PENAL. PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. PRISÃO PREVENTIVA. PEDIDO DE REVOGAÇÃO. INDEFERIMENTO. DECISÃO FUNDAMENTADA. CPP, ARTS. 312 E 319. FILHO MENOR ASSISTIDO PELO PAI E PELOS AVÓS. ARTIGO 318, INCISO V, DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. PRISÃO DOMICILIAR. INAPLICABILIDADE. CONDIÇÕES FAVORÁVEIS DA PACIENTE. INSUFICIÊNCIA PARA A CONCESSÃO DA ORDEM. MANUTENÇÃO DA PRISÃO CAUTELAR. DENEGAÇÃO DA ORDEM.

1. Não verte constrangimento ilegal prisão preventiva decretada com fundamentação consentânea (art. 312 do CPP).

2. Na hipótese, cuida-se de Habeas Corpus em que se busca liminarmente a liberação do paciente da prisão preventiva, que lhe foi imposta por supostas infrações capituladas nos arts. 45, 50-A, 60, 66, 67, 69-A da Lei 9.605/98; 1º da Lei 9.613/98; 2º da Lei 12.850/13, ao argumento de que o decreto prisional, em resumo: (i) não está amparado nos pressupostos do art. 312 do CPP; (ii) desconhece que o paciente tem residência fixa, é primário e tem ocupação lícita; (iii) carece de elementos que abonem sua continuidade, considerando-se que a área desmatada não pertence ao paciente, conforme documentos apresentados e que, segundo o impetrante, foram rejeitados pelo órgão fiscalizador; e (iv) poderia ser substituído pelas medidas do art. 319 do CPP.

3. Constatadas a necessidade e adequação da prisão preventiva na hipótese sob exame, afasta-se a possibilidade de concessão de liberdade provisória, bem como de decretação de outra medida cautelar, prevista no art. 319 do CPP.

4. Comprovado que o filho menor da paciente encontra-se sob os cuidados do pai e da avó, descabida se mostra a pretensão de substituição da prisão preventiva por domiciliar, com base do disposto no art. 318, inciso V, do CPP.

5. *As condições subjetivas favoráveis ao paciente (v.g., residência fixa, ocupação lícita e bons antecedentes) não impedem, per si, a segregação cautelar, uma vez presentes nos autos elementos concretos que recomendam sua manutenção (STF, HC 95704/SE, Rel. Min. Menezes Direito, 1ª Turma, DJ de 20/2/2009).*

6. *Constrangimento ilegal não caracterizado.*

7. *Ordem denegada.*

Noticiam os autos que a recorrente se encontra presa preventivamente, nos autos da ação penal em que foi denunciada por ter supostamente praticado o delito tipificado do art. 333, parágrafo único, do Código Penal (e-STJ fls. 597-610).

Em suas razões (e-STJ fls. 184-220), a recorrente pleiteia a reforma do acórdão, para que se reconheça a existência de constrangimento ilegal, em resumo, por ausência dos requisitos do art. 312 do Código de Processo Penal, possibilidade de substituição por cautelar diversa do art. 319 do CPP, e direito à prisão domiciliar, nos termos do art. 318, V, e 318-A do CPP, conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal, no HC coletivo n. 143.641.

Requer a concessão de liminar para ordenar a imediata suspensão de eficácia do decreto prisional, expedindo-se alvará de soltura. No mérito, a concessão da ordem, com a confirmação da liminar.

É o relatório.

Em consulta ao sistema processual deste Tribunal Superior, constata-se que na TP n. 2.410-AM, esta relatoria, em juízo de retratação, concedeu liminar, nos seguintes termos:

[...]

Assim, sendo ressaltado que cabe ao Judiciário adotar postura ativa ao dar pleno cumprimento à ordem judicial emanada da Suprema Corte no julgamento do Habeas Corpus coletivo n. 143.641/SP, verifica-se ser o caso de substituição da segregação preventiva de JULIANA BARBOSA BRANDAO pela prisão domiciliar, na forma dos arts. 318, incisos V, e 318-A do Código de Processo Penal.

Todavia, nota-se que as circunstâncias do crime supostamente praticado demandam, concomitantemente à prisão domiciliar, a imposição de outras medidas cautelares alternativas à prisão, amoldando-se assim às orientações do art. 282, incisos I e II, do Código Processual Penal, sendo, por conseguinte, adequada e necessária a imposição daquelas previstas nos incisos I (comparecimento periódico em juízo, no prazo e nas condições fixadas pelo juiz, para informar e justificar atividades) e IX (monitoração eletrônica), todos do art. 319 do Código de Processo Penal.

*Diante do exposto, reconsidera-se a decisão ora impugnada, e **defere-se o pleito liminar** a fim de garantir à*

Superior Tribunal de Justiça

requerente o direito de aguardar em prisão domiciliar o julgamento do mérito do presente requerimento, com a imposição também das medidas alternativas previstas no art. 319, incisos I e IX, do Código de Processo Penal.
[...]

Ante o exposto, **considera-se prejudicado o pedido de liminar.**

Solicitem-se informações à autoridade apontada como coatora e ao Juízo singular, encarecendo o envio dos esclarecimentos necessários ao deslinde da questão e, se houver, de senha para acesso ao andamento do respectivo processo.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se.

Brasília (DF), 02 de dezembro de 2019.

MINISTRO JORGE MUSSI

Relator